



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA GERAL DA  
COVA DA ONÇA, TOTALIZANDO UM TRAÇADO  
VIÁRIO DE 3.466,90M² DE PAVIMENTAÇÃO EM  
LAJOTAS.**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

**2. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para execução do projeto de pavimentação em lajotas da Estrada Geral Cova da Onça (Trecho 01 – Estaca 40 a 76 +2,70), que totaliza um traçado viário de 3.466,90 m².

**3. DO VALOR ESTIMADO**

O preço estimado é de **R\$ 580.605,86** (quinhentos e oitenta mil seiscentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), sendo **R\$ 564.033,00** do Emenda Impositiva Federal e **R\$ 16.572,86** de Recursos Próprios.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

#### **4. DA JUSTIFICATIVA**

A necessidade da demanda reside no fato de levar melhoria de trafegabilidade não só para os moradores da Estrada Geral da Cova da Onça, bem como para as demais pessoas que por lá transitam, contribuindo, pois, com a mobilidade urbana municipal.

#### **5. FORMA DE CONTRATAÇÃO**

A solução que melhor atende às necessidades, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, é a contratação indireta, por meio de Processo Licitatório, na modalidade Concorrência, de empresa especializada em obras e serviços de engenharia.

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133/2021.

Como se verifica o objeto da presente contratação caracteriza-se como obra de engenharia, pois a sua execução acarretará alteração significativa do espaço, de modo que a modalidade adequada é a concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o art.17, §2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

Diante das possibilidades apresentadas pelo regulamento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço global.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor custo efetivo, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos. No que se refere ao critério



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

de seleção de licitante, será adotado o regime de Empreitada por Preço Global, conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei 14.133/21.

## **6. REQUISITOS DO FORNECEDOR**

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

Além disso, deve o licitante comprovar:

1. Capacidade **técnico-profissional**, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, que comprovem a execução dos seguintes itens:
  - a. Pavimentação em piso intertravado, com bloco sextavado
  - b. Assentamento de meio-fio de concreto pré-fabricado
  - c. Assentamento de tubos de concreto para rede coletora de águas pluviais
2. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da **empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato; e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

3. Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, em nome da **empresa licitante**, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução, que comprovem a execução dos seguintes itens:
- a. Pavimentação em piso intertravado, com bloco sextavado: 1.730 m<sup>2</sup>
  - b. Assentamento de meio-fio de concreto pré-fabricado: 800 m/l
  - c. Assentamento de tubos de concreto para rede coletora de águas pluviais: 20 m

É necessário manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

**7. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

A celebração do contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a emissão do contrato, consoante minuta anexo ao presente procedimento.

Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, o licitante vencedor será convocado via endereço eletrônico (e-mail) para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o contrato.

O licitante convocado poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

O contrato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Se o licitante vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital e seus Anexos, que será declarado o vencedor do certame, podendo o agente de contratação negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço.

## **8. MODELO DE GESTÃO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

A empresa poderá indicar um representante credenciado para aferir nos locais (vias públicas), as interferências, condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, objeto deste termo.

A empresa deverá atestar que conhece as condições e locais para a execução do objeto, seja após vistoriar o local ou mediante o preenchimento de declaração formal apresentada pelo responsável técnico do licitante.

**9. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;**

O prazo para início dos serviços será de 3 (três) dias úteis e para término da execução dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da expedição da ordem de serviço.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Requerer a interdição de Vias Públicas com antecedência de 2 dias para que o órgão responsável possa programar o apoio necessário.
- 10.2. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato.
- 10.3. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 10.4. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 10.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;
- 10.7. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 10.8. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- 10.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 10.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 10.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 10.12. Escolher e contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida para a execução dos serviços, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.
- 10.13. Observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Os funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Reguladoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente com crachá de identificação.
- 10.14. A contratada é responsável perante a Prefeitura, por todos os atos de seus subordinados durante a execução dos serviços, devendo afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação escrita, qualquer de seus empregados cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela Prefeitura, correndo por conta única e exclusiva da contratada quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer.
- 10.15. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

- 10.16. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o contratante em caso de alteração;
- 10.17. Além disso, a contratada será obrigada à todas as disposições do memorial descritivo do projeto, em anexo;

## **11.REGIME DE EXECUÇÃO**

- 11.1. Estabelecer-se-á uma comunicação eficaz entre a Administração Municipal e a contratada por meio de reuniões semanais presenciais e relatórios quinzenais de progresso.
- 11.2. O serviço de pavimentação será dividido em etapas, conforme o seguinte plano de execução.
- 11.2.1. Etapa 1: Serviços iniciais;
  - 11.2.2. Etapa 2: Remanejamento de Interferências
  - 11.2.3. Etapa 3: Terraplanagem
  - 11.2.4. Etapa 2: Drenagem;
  - 11.2.5. Etapa 3: Pavimentação e Acessibilidade;
  - 11.2.6. Etapa 5: Sinalização e Segurança.
- 11.3. A periodicidade dos serviços será definida de acordo com o cronograma estabelecido no projeto.
- 11.4. O início da contagem dos prazos se dará a partir da data de assinatura da ordem de serviço.
- 11.5. A execução dos serviços ocorrerá nas ruas especificadas no contrato, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.
- 11.6. A pavimentação será realizada de acordo com as especificações técnicas e normas vigentes.
- 11.7. Segue em anexo o Projeto, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária, Composições e BDI detalhado com todas as tarefas relevantes e seus respectivos prazos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 11.8. Caso necessário, a contratada deverá apresentar alternativas viáveis e compatíveis com as especificações técnicas.
- 11.9. Deverão ser disponibilizados os recursos materiais, instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado para a execução do contrato.
- 11.10. Deverão ser empregadas técnicas modernas e tecnologias adequadas à pavimentação de ruas, conforme as melhores práticas.
- 11.11. A contratada e seus empregados deverão cumprir rigorosamente os deveres e disciplinas estabelecidos durante toda a execução do contrato.
- 11.12. O recebimento provisório e definitivo do objeto ocorrerá conforme os prazos estabelecidos no cronograma, não superiores a 120 dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.
- 11.13. A contratada terá o prazo de 30 dias para substituir o objeto ou refazer o serviço rejeitado pela fiscalização.
- 11.14. O prazo de garantia para a pavimentação será de 5 (cinco) anos a partir da data de recebimento definitivo do objeto.
- 11.15. Caso sejam identificados defeitos durante o prazo de garantia, a contratada terá 15 dias para refazer os serviços ou substituir o objeto.
- 11.16. A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnica empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida a capacitação dos técnicos da Administração Municipal.

**12. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

- 12.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- 12.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 12.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 12.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 12.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.3. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 12.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.7. Fraudar a licitação
- 12.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.8.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.8.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 12.8.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.9. Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.9.1. Advertência;
  - 12.9.2. Multa;
  - 12.9.3. Impedimento de licitar e contratar e
  - 12.9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.10.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 12.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.10.4. Os danos que dela provierem para a administração pública



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 12.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.11. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) Dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.11.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1, 12.2 e 12.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.11.2. Para as infrações previstas nos itens 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.13. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.14. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1, 12.2 e 12.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.15. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1, 12.2 e 12.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.
- 12.16. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- 12.17. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária:

**04.001.1.056- 4490.51.91 (32.1.700.7000.006) Emenda Impositiva R\$ 564.033,00**

**04.001.1.056- 4490.51.91 (32.1.501.7000.000) Próprios R\$ 16.572,86**

### **14.FORMA DE PAGAMENTO**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

A empresa formalizará processo contendo ofício à Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos solicitando a aceitação e pagamento dos serviços.

O referido ofício deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I. Planta dos serviços executados, levantados no local por profissional habilitado contendo as dimensões necessárias para o cálculo das quantidades executadas.

II. Planilha acumulativa dos serviços executados, (2 vias impressas e em meio digital).

III. Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao serviço executado e ou projeto quando for o caso; (somente na 1ª medição).

IV. Cópia da inscrição no **Cadastro Nacional de Obras (CNO)** junto à Receita Federal do Brasil; (somente na 1ª medição).

V. Cópia da ordem de serviço (somente na 1ª medição).

Após, o Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

## **15. CONDIÇÕES DE REAJUSTE**

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **16. GARANTIA DA PROPOSTA E CONTRATUAL**

As empresas deverão apresentar garantia da proposta equivalente a 1% do valor estimado na planilha orçamentária, junto à proposta; a Garantia da Proposta poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei de Licitações, quais sejam:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) A empresa deverá garantir seus serviços por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, devendo ser refeitos as suas expensas os trechos que por ventura apresentem qualquer deficiência.

A empresa deverá garantir seus serviços por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, devendo ser refeitos as suas expensas os trechos que por ventura apresentem qualquer deficiência.

O Município exercerá a fiscalização necessária durante a execução dos serviços, o que não exime a Empresa da responsabilidade pela execução dos serviços ou danos dele advindos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**17.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS**

As especificações técnicas dos itens a serem contratados encontram-se dispostas no Memorial Descritivo em anexo.

**18.QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS**

A quantidade de itens a serem contratados encontra-se disposta na Planilha Orçamentária em anexo.

**19.CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

A empresa contratada deverá utilizar, na execução das obras, as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se integralmente o disposto no estudo técnico preliminar.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, em 08

de maio de 2024.

**ROBSON JOSÉ ALVES**

Assessor de Engenharia